MULHERES NA LUTA PELA TERRA: UM ESTUDO A PARTIR DE GÊNERO E TRABALHO

Elisa de Oliveira Kuhn*

INTRODUÇÃO

A titulo de introdução consideramos fundamental um breve relato sobre a trajetória de vida desta pesquisadora bem como a trajetória acadêmica que levou de encontro com o tema do trabalho em desenvolvimento.

A questão da luta pela terra é predominante durante toda a nossa trajetória de vida, desde o nascimento, tendo em vista que o projeto familiar do qual fazemos parte tem a transformação social a partir da luta pela terra como ponto fundamental. Os pais eram então militantes das Comunidades Eclesiais de Base e iniciaram a partir de 1979, juntamente com outros militantes, um trabalho de base no sentido de contribuir para a organização de homens e mulheres para a luta pela terra no interior do recém criado estado do Mato Grosso do Sul.

O cotidiano das lutas foi o nosso cotidiano desde os primeiros anos, pois em muitas ocasiões era necessário acompanhar os pais nas suas andanças pelo estado, possibilitando assim uma estreita convivência com as mulheres líderes que são o centro da nossa pesquisa. Sendo assim, esse contato carnal com as necessidades e dificuldades, mas também com as esperanças, desejos e aspirações, principalmente dessas mulheres, reverberam até hoje com muita força nas lembranças mais vívidas e afetam profundamente as leituras de mundo dessa pesquisadora.

Sendo assim, desde que solicitada pela primeira vez a elaborar um projeto de pesquisa, no caso uma monografia jurídica, então no ano de 2003, quando cursava o quarto ano do curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) ,na cidade de Dourados, a luta pela terra despontou imediatamente. O tema

---

* Graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Desenvolve a pesquisa intitulada *Apareceu a Margarida? História e Representações Sociais de Mulheres Camponesas no MS: Um estudo sobre Gênero e Trabalho. (1986 a 1994)*, contando com a orientação do Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi e apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

então escolhido era a *função social da terra*. Este trabalho que não foi concluído, o concurso de muitas situações não permitiu a conclusão do curso. Resolvemos então, seguir o conselho da professora Dra. Marina Evaristo Wenceslau, historiadora e então orientadora do projeto de monografia: aprofundar a questão histórica referente a luta pela terra. No ano de 2004 fui aprovada no vestibular para o curso de Licenciatura Plena em História.

Ingressei então no primeiro ano letivo em 2005. No decorrer deste curso tive a oportunidade de desenvolver um projeto de Iniciação Cientifica através do PIBIC/UFGD. A pesquisa intitulada *Colonização Contemporânea, conflitos e contradições: a ocupação da gleba Santa Idalina* foi desenvolvida entre agosto de 2008 e julho de 2009, com apoio do Cnpq. Neste trabalho pude aprofundar mais meus conhecimentos acerca do processo de organização do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra desde o seu início nas Comunidades Eclesiais de Base a partir do relato produzido pela jornalista Cássia Cortez sobre a ocupação da Gleba Santa Idalina.

Encerrada a pesquisa fui informada sobre a disciplina intitulada: História e Historiografia das Mulheres que seria oferecida pelo professor Dr. Losandro Antonio Tedeschi no segundo semestre de 2009, no bojo do curso de graduação em Licenciatura Plena em História. Foi o texto de Joan Scott *A mulher trabalhadora* e mais especificamente seu questionamento do processo histórico de construção de uma imagem da mulher trabalhadora como um "problema" que nos instigou a aprofundar a pesquisa entorno da divisão sexual do trabalho. A autora então chamava a atenção para a importância das representações sociais expressas na *linguagem do trabalho*, que faz dela um dos principais instrumentos de manutenção de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, influenciando sobremaneira na questão da ocupação dos espaços de poder referenciados a partir de dicotomias como masculino/feminino referentes a ocupação de espaços público/privado.

Um desses espaços descritos por Scott são os sindicatos, e foi nesse ponto que notamos um *silêncio* da história, principalmente nos estudos regionais. Foi com a participação nas aulas, leitura orientada da bibliografia e burilando os questionamentos que caminhamos para a elaboração do projeto de pesquisa intitulado *Apareceu a Margarida? História e Representações Sociais de Mulheres Camponesas no MS: Um estudo sobre Gênero e Trabalho. (1986 a 1994)*, que aprovado no processo de seleção

do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) turma 2010 encontra-se em fase de execução e conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse trabalho o principal objetivo é historiar a formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul (MMA/MS) e as relações de gênero e trabalho presentes no imaginário feminino do movimento.

Escrever uma história das mulheres em muitos aspectos implica falar em "invisibilidade". Durante séculos, no que se refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não aparecem na história. Acreditamos, entretanto, que esse ocultamento nada tem de natural, mas que é tecido cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres.

No sentido de rompimento com essa "invisibilidade", as lutas do movimento feminista, a partir da década de 1960, contribuíram de maneira importante para a inclusão das mulheres como objeto e sujeito da história, afirma Rachel Sohiet (1997). Segundo a autora com a grande reviravolta da história, um processo de pluralização dos objetos da investigação histórica, em seu bojo, alçou as mulheres à condição de objeto e sujeito da história, sendo esta tarefa assumida preferencialmente por historiadoras e historiadores adeptos da história cultural preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, pessoas comuns.

Em meados da década de 1970, uma ampliação do campo de questionamentos da história das mulheres, com o acumulo de conhecimento erudito produzido pelas acadêmicas feministas do início, surgimento de controvérsias internas, o avanço de diálogos interpretativos e a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas que pode indicar uma busca de legitimidade científica, baseada num distanciamento em relação à política.

Os anos 1980 teriam visto um grande rompimento com a política que teria propiciado para esse campo a conquista de seu próprio espaço através de um desvio da categoria *mulheres* para a categoria *gênero*, aparentemente desprovida de ideologia. A emergência da história das mulheres como campo de estudo envolveria então, nessa interpretação, uma "evolução", do feminismo para as mulheres e daí para o gênero, ou, da política para a história especializada e daí para a análise.

A grande ambigüidade inerente ao projeto da História das Mulheres seria o fato de que ela é ao mesmo tempo um suplemento inóquo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. Suplemento é considerado uma *indefinição*, pois significa tanto uma adição, quanto uma substituição, refere à sua força política potencialmente crítica, que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou resolução fácil. Trata-se do questionamento fundamental do sujeito histórico universal contido no "homem" que, durante muito tempo defendeu-se abarcar toda a humanidade. Faz isso explicitando a hierarquia implícita presente em muitos relatos históricos, além de desafiar tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história: o homem universal.

Essa capacidade subversora da inclusão das mulheres como protagonistas na história vem na teia de uma primeira família de sentido que gravita entorno do termo representação, aquele que se refere ao processo chamada de "crise das representações", o reconhecimento da dimensão narrativa do conhecimento histórico, formulando-se assim num conceito teórico-metodológico ou epistemológico. Um outro ponto chave dessa reviravolta Roger Chartier (2002) desnovela a partir das discussões no seio da disciplina sobre o que seria uma crise da *representação*.

Assim concebida a representação em uma segunda família de sentido se refere a uma operação mental que tem por objetivo evocar a presença de algo ausente e que tem sua força embasada na fragilidade da imaginação, que tenderia a considerar os *sinais visíveis* a própria realidade, que não existe, nesse sentido é conceito chave da teoria do simbólico. "... a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma 'imagem' capaz de trazê-lo a memória e pintá-lo, tal como é". (CHARTIER, 2002, p. 74)

Partindo do pressuposto que toda realidade, como conhecimento, somente pode ser externalizada a partir da linguagem poderíamos afirmar que os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação que são utilizadas na comunicação. Entretanto, historicamente, essa tendência à fixação dessa imagem permitiria manipular a imaginação das pessoas, fabricando respeito e submissão, um instrumento que produziria uma imposição interiorizada, necessária onde não se pode usar o recurso da força bruta. As lutas de representações adquirem,

assim, fundamental importância para compreendermos o processo de hierarquização da própria estrutura social.

É o que nos leva a adotar sua proposta de uma história das apropriações que visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados à suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem.

> Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra o pensamento universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 2002, P.68).

Acredito que este seja um ponto em que as representações e o gênero se entrecruzam. Joan Scott argumenta que, no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. As mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Scott apóia-se nos pós-estruturalistas, que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política deste. A categoria gênero é definida como

> "...uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios a homens e mulheres.É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado." (SCOTT, 1992).

Com base nessas reflexões, a autora apresenta sua proposta teórica, com vistas à aplicação do conceito de gênero na problematização dos modos como as relações entre os sexos estruturaram-se ao longo da história. Ao fazê-lo ressalta inicialmente dois aspectos importantes os quais adverte, não devem jamais ser tomados de forma estanque senão como elementos constitutivos de realidades historicamente situadas. Primeiro o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas

diferenças percebidas entre os sexos, e ainda, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

GÊNERO E MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DO MATO GROSSO DO SUL

O Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul foi um Movimento de Mulheres que atuou enquanto movimento social autônomo no período de 1986 a 1994, seu viés principal foi o acesso à cidadania plena das mulheres bem como luta por direitos específicos. Construíram, nesse sentido, muitas lutas importantes como reivindicação do salário maternidade extensivo às trabalhadoras rurais, emissão de nota produtora conjunta e aposentadoria aos 55 anos de idade. Esse período engloba várias transformações importantes na sociedade brasileira, como os movimentos das Diretas Já e o movimento Constituinte, surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e pode ser avaliado como um momento em que os movimentos sociais experimentavam um período de ascenção, especialmente aqueles ligados ao projeto da Reforma Agrária.

Apresenta-se em 1987 a partir da elaboração e aprovação de um projeto para Organização Não Governamental definindo os seguintes objetivos: primeiramente conscientizar as mulheres rurais a lutar por seus direitos e organizá-las para a conquista dos mesmos, conquistando assim sua cidadania; propiciar a capacitação das trabalhadoras rurais para participar das organizações de classe em pé de igualdade e incentivá-las a ocupar cargos dentro das mesmas; encaminhar lutas concretas para que os direitos garantidos legalmente sejam conquistados na prática; ser um espaço onde as mulheres se sintam à vontade para discutir seus problemas e levantar suas propostas.

Trazer à tona as *memórias* de mulheres líderes sobre a sua participação na luta pela terra pode ser revelador de "sutilezas" das construções discursivas entorno dos papéis de gênero socialmente determinados.

Utilizando como fonte as *memórias* de mulheres líderes do MMA/MS da militância na luta pela terra, procuraremos perceber a imbricada teia de relações que influi nas representações de gênero a partir das narrativas que fazem sobre a divisão sexual do trabalho (ou não) e suas implicações na participação das mulheres na

militância política, principalmente o acesso a cargos diretivos nas entidades de classe com as quais se relacionavam.

Para o historiador Jacques Le Goff a memória como propriedade de conservar certas informações remeteria, primeiramente, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais os seres humanos podem *atualizar* impressões ou informações passadas, ou que ele *representa* como passadas. Auxiliado por Janet, considera como ato mnemônico fundamental o "comportamento narrativo", que se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui seu motivo. Falar ou escrever suas memórias permite armazená-las seja nas outras pessoas, nas bibliotecas, arquivos ou centros de documentação. A noção de memória tem se alargado com a inserção de novas tecnologias. Para ele o "estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está hora em retraimento, ora em transbordamento." (LE GOFF, 1924.p. 426).

Le Goff, utilizando a definição de Pierre Nora de *memória coletiva*, entendida como "o que fica no passado do vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado", afirma que, até então, história e memória se confundiam, e que a história teria se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. A Nova História que ele então propunha se esforçava para criar uma história científica a partir da memória coletiva, ela fermentaria a partir do estudo dos lugares da memória coletiva. Esta memória coletiva constitui, em parte, o seu saber com os instrumentos tradicionais, mas diferentemente concebidos. Aqui, definimos como principal instrumento de acesso às representações da memória, a fala.

Para essa tarefa, acreditamos que a utilização da Historia Oral seja a melhor ferramenta. Utilizaremos uma abordagem qualitativa de entrevistas gravadas e transcritas com o grupo de sete mulheres que fizeram parte da coordenação estadual do MMA/MS e que desde a sua auto-dissolução em 1994 encontram-se informalmente uma vez por ano. Este fato para nós é muito significativo de que no processo de enfrentamento dos problemas em comum construíram-se laços muito sólidos que unem essas mulheres até hoje, e ainda, que as mesma continuam cada qual no seu espaço, construindo com seu exemplo de vida uma luta que sabem ainda ser contínua.

Esse tipo de pesquisa permite o acesso às histórias oculta(da)s de marginalizados, trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas, e permitem explorar aspectos da experiência histórica em seus significados subjetivos. Se as memórias forem tratadas como um objeto de análise histórica, a História Oral pode se tornar um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da memória histórica, ou seja, as representações construídas e reelaboradas pela mente.

As histórias de vida, particularmente analisadas de uma perspectiva interdisciplinar, servem para explorar as relações entre representações sociais, memória e narrativa pessoal. Com a análise das entrevistas, procuramos notar como essas mulheres enfrentaram o argumento da condição de gênero como fator dificultador ou impeditivo para a militância política, e se a participação no MMA/MS pode ter contribuído para desconstrução desses papéis socialmente determinados, de que maneira?Quais as estratégias construídas pelas mulheres para incluir na pauta de luta dos movimentos sociais, as questões de gênero?

Nesse sentido, mais especificamente, consideramos fundamental problematizar as relações de gênero e trabalho no meio rural a partir da questão da divisão sexual do trabalho bem como analisar as representações sociais de gênero a partir das memórias de mulheres líderes do MMA/MS. Por último, mas não menos importante, pesquisar as histórias de vida dessas mulheres como protagonistas na formação do movimento.

O PRIVADO É (TAMBÉM) POLÍTICO: CRÍTICA DA CIDADANIA FEMININA E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Exemplo contundente de construção histórica da exclusão das mulheres nos apresenta Saraceno (1995) em um artigo em que enfoca exclusão do elemento feminino na construção do termo cidadania, que consideramos bastante problemático, tanto na sua vertente liberal-individualista, quanto cívico-republicana. As mulheres nesse processo tem sua imagem referenciada na sua diferença em relação aos “iguais-os homens”, ao mesmo tempo em que eram afirmadas como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar. A divisão do trabalho dentro do casamento, não só como prática, mas como modelo em que se inspiram as estratégias

individuais de homens e mulheres, afirma, continuam a ser posições e experiências socialmente construídas como assimetricamente complementares com base na pertença de gênero.

> A divisão entre responsabilidade pública e responsabilidade privada em relação às necessidades a serem satisfeitas e os direitos a serem reconhecidos passa pela divisão do trabalho entre os sexos, que por sua vez fornece um estatuto diferente não só aos dois sexos, enquanto colocados de maneira diferente em relação aos sistemas de garantias sociais, mas também as formas de dependência que os caracterizam. (SARACENO In: BONACHI E GROPPI [org.] 1995, p. 225)

Causa desse longo processo de exclusão das mulheres do efetivo exercício da cidadania plena (civil, política e social), essa diferença foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que a sua exclusão aparece na própria origem dessa noção. No decorrer desse processo, essa oposição foi constitutiva das mulheres enquanto "não-cidadãs", ou ainda, não capazes de cidadania justamente por que, ao mesmo tempo as construía como esposas e mães de cidadãos. Enquanto a dependência econômica, parcial ou total das mulheres em relação aos maridos, mesmo não sendo estigmatizada, é evidenciada como tal, a dependência dos maridos em relação ao trabalho de assistência das esposas nem sequer é tematizada.

A família é considerada, a partir de então, a base *natural* da existência masculina, daqueles *cidadãos-homens* que se encontram e negociam livremente entre si na sociedade civil. Ao mesmo tempo, são ocultadas as diferenças internas numa unidade hierarquicamente construída por meio da exclusão dos direitos civis e políticos de todos aqueles que na família, não coincidem com o modelo da cidadania: o chefe da família, a saber: a esposa e os filhos dependentes. É uma motivação de exclusão radical: As mulheres não são portadoras de interesses autônomos, mas apenas dos da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos *maridos-cidadãos*. São suas relações "privadas", contrapostas às "sociais", que lhes negam o estatuto de cidadãs.

O casamento contemporâneo e o espaço das mulheres dentro dele se encontra frente a esse impasse: na medida em que as mulheres como esposas e mães continuam a ser definidas e definir-se como responsáveis pelos trabalhos e cuidados familiares e inversamente os homens continuam a ser definidos como ausentes e não-responsáveis em relação a esses mesmos trabalhos. A questão da ocupação feminina

neste contexto aparece como novidade e às vezes como problema, enquanto a ausência de reciprocidade masculina continuará a não ser interrogada: a ocupação feminina é que deverá adaptar-se não só as necessidades familiares de cuidados, mas também as necessidades da identidade masculina. O grande paradoxo da *dependência feminina*, com efeito, consiste no fato de que as mulheres "dependentes" são tais por que outros dependem delas.

Essa questão se apresenta sobremaneira importante tendo em vista que em muitos relatos das mulheres líderes sobre as dificuldades em articular as companheiras, referem-se ao fato de que as mesmas argumentavam que os afazeres da casa, o cuidado com os filhos, o marido, os animais e plantações, as impediam de participar das lutas do movimento.

Tendo como base teorias de empoderamento, Carmen Diana Deere e Magdalena de Leon argumentam que a desigualdade de gênero na posse de terra na América Latina pode ser atribuída à família, à comunidade, ao Estado e ao mercado. É devida a preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e a desigualdade entre gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem.

> "Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais. São inter-relacionados e têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão de trabalho "adequada" entre as esferas pública e privada e dentro destas." (DEERE; LÉON. 2002, P.30).

Dentre estes mecanismos, destaca-se o fato de que estes direitos são frequentemente cedidos pelas comunidades (o caso de comunidades tradicionais andinas, por exemplo) e pelo Estado apenas a chefes de família, cuja grande maioria é constituída por homens. É o caso das reformas agrárias latino-americanas, onde se pressupunha que ao beneficiar os homens chefes de família, todos os membros da família também seriam beneficiados. Esta prática, apoiada pelos códigos civis, também era apoiada por uma divisão de trabalho por gênero, em que o homem era socialmente reconhecido como agricultor e a mulher era considerada apenas como "ajudante", ainda que dedicasse muitas horas nestas atividades.

Até que se conseguisse abordar de maneira efetiva a questão dos direitos da mulher a terra, muitas mudanças tiveram de ser construídas. Nesta construção, ressalta, foi de grande importância o surgimento do segundo movimento feminista, internacionalmente, e o crescimento e a consolidação dos movimentos de mulheres nacionais e locais na América Latina. O surgimento e a consolidação dos movimentos de mulheres coincidiram com o surgimento do modelo neoliberal de desenvolvimento na década de 1980.

Conseqüência inesperada da crise econômica daquele período foi sua contribuição para a expansão do movimento das mulheres para além de sua base social original na classe média, incluindo aí um movimento popular das mulheres. Para as autoras, este último foi em grande parte produto das estratégias de sobrevivência e ação coletiva de mulheres pobres, apoiadas por uma crescente rede de organizações não governamentais (ONGs). No bojo deste processo houve uma crescente conscientização dentro de círculos políticos de que as políticas públicas não eram indiferentes ao gênero, mas, pelo contrário, continham em sua maioria, preconceito de gênero. Essa crise levou a um diálogo entre os movimentos de mulheres e o Estado a respeito da vulnerabilidade da mulher enquanto categoria social, o que teria legitimado a ação do mesmo.

Outro contexto no qual se insere o surgimento e consolidação dos movimentos de mulheres é a luta pela democratização e subseqüente transição para a democracia, como no caso do Brasil e Cone Sul. A consolidação de ONGs feministas orientadas para a pesquisa e a ação contribuíram muito para o crescimento do movimento de mulheres em nível local, e muitas dessas organizações centraram sua atenção na mulher rural e suas organizações incipientes neste período.

Dentre as lutas empreendidas pelos movimentos de mulheres, a titulação conjunta da propriedade de terra e de outros bens, como moradia, é um mecanismo de suma importância para a inclusão da mulher na posse da propriedade. Especialmente na América Latina, a obtenção do título conjunto de propriedade representa o ápice de uma luta de um século para atingir os direitos de propriedade da mulher dentro do casamento e das uniões consensuais e para estabelecer a administração conjunta da propriedade comum da família. A família com chefia compartilhada representa um mecanismo formal de inclusão. O que poderia contribuir para a igualdade na prática é exatamente a concessão de título conjunto de propriedade da terra.

Na década de 1990, a energia teórica do movimento feminista voltou-se cada vez mais para as questões de identidade, diferença, representação e participação política com menos atenção ao domínio material. Ademais, mesmo havendo um interesse teórico considerável em questões de autonomia e empoderamento, poucas ligações foram estabelecidas entre os fatores que poderiam promovê-los, como um aumento no poder de barganha da mulher, resultante de melhores direitos de propriedade ou de posse de bens.

Dentre as causas da desigualdade podemos destacar as regras sociais que governam a transmissão de bens produtivos, ou seja, a construção social de masculinidade e feminilidade em que os homens são definidos como produtores e principais ganhadores de renda e as mulheres como donas-de-casa dependentes. A eficiência quanto à posse e o controle da terra aumentam as possibilidades produtivas da mulher e a probabilidade de ela ter acesso a crédito, suporte técnico e mais informação. A propriedade segura da terra aumenta a eficiência da mulher, no sentido em que aumenta diretamente, tanto a sua capacidade quanto seu incentivo ao investimento, resultando em maiores níveis de produtividade e de produção.

No sentido de obter a igualdade entre homens e mulheres, requer-se uma transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de *empoderamento* da mulher. Ao mesmo tempo o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Embora tenha sido usada em múltiplos sentidos, implícita nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento. É geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica.

Segundo Deere com relação ao conceito de empoderamento e a discussão sobre o seu surgimento dentro do movimento de mulheres, o texto mais citado tem sido o de Gita Sen e Caren Grown, preparado em conjunto com um grupo de ativistas e acadêmicas feministas para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU em Nairobi (1985). Neste documento o conceito de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do “Terceiro Mundo” para mudar as próprias vidas, ao mesmo tempo em que isso gera um processo de transformação social, o principal

objetivo do movimento de mulheres. Podemos perceber então que os objetivos do MMA/MS são em muito orientados por essa noção, de empoderamento das mulheres para participação política em pé de igualdade.

Neste sentido, o Brasil foi um dos pioneiros em instituir a possibilidade de distribuição e titulação conjunta de terra para os casais através da reforma agrária, somando–se o fato de independer se o casal ser casado ou conviver em união consensual. Entretanto cabe ressaltar que essa titulação conjunta não foi estipulada como obrigatória, mas foi introduzida como opção a ser solicitada.

O movimento de mulheres no Brasil se desenvolveu durante a década de 1970 em duas frentes paralelas: como parte do movimento nacional de luta pelo retorno a democracia e como um novo elemento social na luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim da discriminação contra as mulheres. Já o movimento das mulheres rurais surgiu no contexto da abertura democrática da década de 1980 e desenvolveu-se baseado em duas exigências centrais, a primeira, que as mulheres fossem admitidas nos sindicatos rurais, e que os benefícios da Previdência Social, aí incluídos a licença maternidade remunerada e a aposentadoria, na luta para que fosse extensivo também às mulheres trabalhadoras rurais.

(IN)CONCLUSÕES

Pudemos perceber que o projeto da História das Mulheres surge no bojo das mudanças ocorridas a partir do final da década de 1950 e guarda muitas relações, no que se refere ao fazer histórico, a partir dos questionamentos de pesquisadoras e pesquisadores pós-estruturalistas que questionam a fundamentação numa "experiência essencializada" das identidades. A inclusão das mulheres questiona fundamentos básicos da disciplina histórica e somente tem a enriquecer o campo por conta da ampliação tanto de sujeitos, quanto de objetos e abordagens.

Acreditamos que todo conceito tem uma historicidade e parte fundamental da discussão deste conceito parte deste processo de "escavar" a história em busca desse processo de construção, não como uma busca de uma origem, o que favorece o pensamento mitificado, mas buscar, a partir do processo histórico de sua construção, o sentido profundo que pode ser ocultado pelo simples uso sem historicidade.

Os estudos sobre a historia das mulheres tendo como base a luta pela terra e os movimentos populares de mulheres ainda são raros e carecem de mais estudos para que se possa realmente construir um arcabouço teórico-metodológico próprio, e no nosso entendimento só tem a contribuir para vários ramos da historiografia, como a história social, econômica, regional e política.

BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.* trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. Trad. Letícia Vasconcellos Abreu., Paula Azambuja Rossato e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS,2002.

FOUCAULT, M. *Estratégias, poder saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 p. 231-232)

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* trad. Bernardo Leitão. 2ªed. Campinas: ed. UNICAMP, 1992.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e camponeses.* Trad. Denise Bottmann. Paz e Terra.1988.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriela. e GROPPI, Angela.(orgs.) *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres.*

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas.* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviéve.(orgs). *História das Mulheres no Ocidente. vol. 4.O século XIX.* Porto: Afrontamento, 1993.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica.* **http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html.**Acessado em: 25 de setembro de 2009.

SOHIET; Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Elsevier,1997.19ª reimpressão.

SOHIET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_arttext . acessado em 29/10/2009.